

Um Livro

FOI uma ideia excelente de Otávio Tarquínio de Sousa publicar, entre os «Documentos Brasileiros» da José Olímpio, esse «Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil» de Rodolfo Garcia.

O eminente historiador terá agora, sete anos depois de morto, seu maior êxito como autor. Esse êxito éle nunca o procurou, pois o mais penoso e difícil de seus labores éle o gastou em anotar obras alheias; as 19 aulas que constituem esse livro, éle nunca pensou em publicá-las, pois se o quisesse poderia tê-lo feito éle mesmo, como diretor da Biblioteca Nacional. Abrorvido em outros trabalhos, jamais continuou as esplêndidas apostilas, que abrangem o período 1500-1810. E' entretanto, um livro destinado a edições sucessivas, porque sua leitura e consulta fica sendo indispensável a quem tenha algum interêsse pela História do Brasil.

O título assusta um pouco; teme-se uma obra maçuda e maçante. Mas o grande mérito de Rodolfo Garcia foi exatamente sair da fechada e cipoenta floresta de textos de leis e documentos, em que se embrenhara, com um roteiro claro e até ameno. Graças a éle pode o leitor percorrer sem cansaço, e com um interêsse sempre fresco, aquêles 3 séculos de folhuda e contraditória legislação. O autor não escreve para outros eruditos; dá aulas para os leigos, e isso não permite aprender muita coisa. Aqui está bem explicada a burocracia da colônia e do vice-reinado, com seus almoços, inquiridores, quadrilheiros, alcaldes, meirinhos, juizes de pelouro e de barrete, juizes de fora, capitães de moto e mamosteiros. E aprendemos a diferença entre uma carta régia e uma carta de lei, entre uma carta de lei e uma lei, ou alvará, provisão ou portaria. Mas não há nenhuma aridez didática; sábia e sóbriamente éle dá sempre a nota humana a êsse mundo de papel. Sentimos o Brasil crescer, desde os tempos em que foi simplesmente arrendado pela Coroa por 3 anos a alguns armadores cristãos-novos até o tempo das capitánias hereditárias, do governador, do vice-rei. O bruto país vai crescendo mesmo, apesar de tudo, forçando as peias da sórdida e às vêzes pitoresca legislação do Reino. Esta chega a rigores incríveis: não é apenas o aproveitamento do ferro que se proíbe, é toda indústria e manufatura de ouro, prata, sêda, algodão, linho e lã; é até o fabrico da cachaça, em outra ocasião permitido, mas sendo proibida sua exportação para Angola por fazer mal à saúde dos negros; carta régia corrigida logo um ano depois por outra, quando os interessados alegaram, com apoio dos médicos, que até que para os negros a cachaça era «um verdadeiro remédio». O estanco do sal não proibia apenas formar salinas, mas até mesmo aproveitar o sal naturalmente depositado ao longo das praias... A criação de bestas muaras em Minas é proibida, porque a Corda lucrava muito com os direitos que pagavam as bestas do Sul que eram vendidas em Minas. E no meio de tudo há coisas surpreendentes, como a proibição de serem eleitos para as Câmaras Municipais «pessoas mecánicas, mercadores, filhos do reino, gente de nação (judeus), soldados e degredados» ou aquela Carta Régia de 1709 proibindo as negras escravas de trajar sêdas e usar adornos de ouro. Os índios, ora considerados livres, ora escravos, podem ser escravizados a certa altura sob o pretexto de que andam nus e... «atropelam as leis da natureza».

E' um livro altamente útil que ensina muito e é bom de se ler. Esperemos depois dêle não apenas o «Dicionário de Brasileirismos», já prometido pelo editor na orelha, como outro volume que reúna alguns ensaios curtos desse erudito modesto e amável que não descarregava sobre o leitor o peso de sua imensa erudição.

Jose Olympio

M 501 7761

121